

CARTA ROGATÓRIA Nº 14.988 - PT (2019/0309866-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE AVEIRO - JUÍZO
LOCAL CRIMINAL DE AVEIRO - JUIZ 3
INTERES. : ALEX ACCACIO MACHADO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação de ALEX ACCACIO MACHADO de sentença que o condenou pelo crime de desobediência.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 25-26. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 27).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur*, mas requereu que o interessado seja regulamente intimado (fls. 32-34).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 36).

É o relatório. Decido.

Apesar de a intimação prévia ser procedimento preliminar da concessão do *exequatur*, os autos serão remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. A parte interessada ainda terá oportunidades para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur*.**

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente